

Throno e Altar



Nova
Alvorada

II Volume | Agosto 2025

Nota Editorial

Caros Compatriotas Contra-Revolucionários,

Agradecemos a bondosa recepção que o nosso Primeiro volume da Revista *Nova Alvorada* no ambiente tradicionalista. Com o sentimento de dever cumprido esta humilde Revista Tradicionalista Portuguesa representa para nós, sem duvida, a resposta ás nossas supplicas a Nossa Senhora, Rainha de Portugal. A presente edição homenageia, hoje, no dia 14 de Agosto do anno de Nosso Senhor de 2025, o 640º anniversário da Batalha de Aljubarrota. Esta data não foi só escolhida apenas pela importantissima batalha que assegurou e garantiu a independencia da Patria e do Rei; mas, mais notavel, ainda, foi a acção do São Nuno de Sancta Maria que ao ver a Patria ameaçada ergueu a sua espada para a defender. O Sancto fê-lo sem ódio no coração; fê-lo, sim, com um profundo amor a Deus, à Patria e ao Rei; jejuando e rezando antes das batalhas com uma devoção fervorosa à Virgem Maria. Sejamos como São Nuno de Sancta Maria - cavalleiros com uma forte devoção e serviço ao Throno e ao Altar.

Cada volume da Revista propõe-se a appresentar um topico tradicionalista, que será explorado com a contribuição dos seus leitores e sympatizantes. Deste modo, esta edição, intitulada «Throno e Altar», permite-nos explorar a tradicional aliança entre as instituições regias portuguesas e as instituições ecclesiasticas catholicas. Tendo como fim esta união, a instauração do Reinado social de Nosso Senhor Jesus Christo em Portugal.

A Revista *Nova Alvorada* reforça o seu desejo de Comunhão entre todos os tradicionalistas, por isso, o segundo volume reúne textos de apoiantes dos valores tradicionalistas. Contudo, a Revista *Nova Alvorada* dá preferência, e, usa a escripta Etymologica; cada auctor é responsável pelo seu texto e adopta a orthographia que desejar: Português vulgar ou Portuguez Etymologico. Fazemos, assim, o apello a todos os interessados nos valores Catholicos, Nacionaes e Monarchicos da nossa amada Patria de nos lerem e participarem nas nossas actividades. Confiamo-nos, alegremente, ás vossas orações.

Viva Portugal! Viva Christo Rei!

Poderão ler o volume anterior: [Revista NovaAlvorada Vol. I .pdf](#)

A todos os interessados em nos contactar, podem fazê-lo pelo seguinte email:
Revista.nova.alvorada@gmail.com

Deus e o meu direito

André Filipe

“Por mim Reinam os Reis, e por mim decretam os legisladores o que é justo. Por mim imperam os príncipes, e os soberanos governam com retidão” - Provérbios 8:15-1S

Deus é a ordem, e por isso, para algo ser ordenado precisa do Senhor; e é desordenado tudo o que carece da sua graça. A diferença entre um poder ordenado e desordenado, ou por outras palavras, legítimo e ilegítimo, provém dos seus frutos. O poder proveniente de Deus tem como finalidade o bem comum, contrariamente aos outros tipos de poder, e por isso, produz uma sociedade intolerante ao mal, e que mantém uma boa conduta. Todos os tipos de poder originam do Senhor, inclusive os ilegítimos, que por vezes servem de instrumentos divinos para determinados fins no Seu plano - é como diz a expressão: “Deus escreve direito por linhas tortas”, e pode usar tudo e todos para produzir o bem final.

Assim como nós fomos feitos à semelhança Dele, a monarquia pretende imitar a ordem instituída por Deus no seu Reino, apesar de todas as nossas falhas, sendo então o sistema mais natural. Não há Estado melhor ordenado do que aquele onde uma figura competente fica responsável de estabelecer um sistema no qual cada um desempenha a sua função de acordo com as suas habilidades. É a forma mais célere e eficaz de tomada de decisão, exatamente por replicar, apesar de todas as imperfeições inerentes à Humanidade, a hierarquia celeste. Mesmo quem não acredita em Deus pode reconhecer, através da lógica, que a monarquia é o sistema mais organizado e com melhor capacidade de execução, o que é positivo sempre que o monarca tem como seu objetivo atingir o bem comum.

Não há monarca que o seja sem que Deus o permita. Independentemente da sua qualidade enquanto governante, ele tem o seu papel no plano divino. A confiança na providência do Senhor é o que deve compelir os cristãos a respeitarem este regime. Os monarcas ficam encarregues do poder temporal, mas este está subjugado ao poder espiritual. A Lei Eterna, - organização do Universo e das coisas segundo Deus - a Lei Natural, - manifestação da Lei Eterna na humanidade, com a diferenciação inata de correto e incorreto - e as Sagradas Escrituras constituem o Direito Suprapositivo, que precede ao Direito Positivo (humano). Desta forma, qualquer governante está obrigado a fazer política de acordo com as leis divinas, caso contrário será injusto. Isto é o que diferencia o monarca do tirano: o monarca Reina com justiça e procura a salvação do seu povo, enquanto que o tirano governa com o terror e deseja apenas a satisfação dos seus interesses. São estas leis de Deus que servem de garantias aos nossos direitos humanos.

Regimes laicos, tal como o nosso atualmente, não têm limitações morais, e no máximo são restringidos pelas suas próprias leis, o que significa que podem ser alteradas a qualquer momento para revogar as nossas garantias.

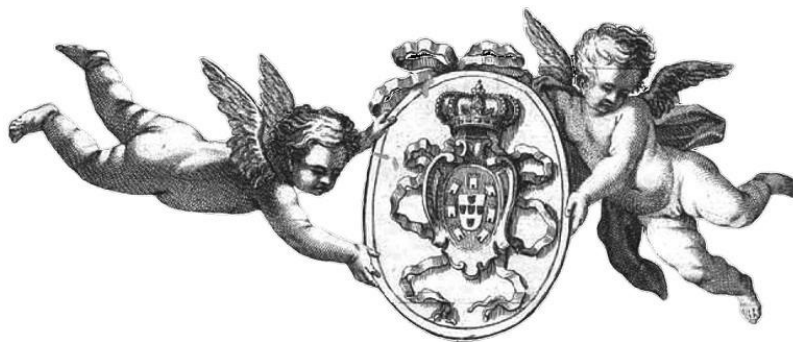
Ao longo da história, vários mecanismos surgiram para assegurar que as monarquias se encontravam em conformidade com a lei divina. Em Portugal, tínhamos um estatuto que decretava nula qualquer legislação contraditória ao direito de Deus, e na aplicação de leis sobre casos imprevistos (integração de lacunas na lei), usava-se o direito romano segundo o critério do pecado - se não produzisse pecado, era aplicado; se tivesse como fruto um pecado, era substituído pelo direito canónico. Os Reis portugueses não conseguiam ser tiranos nem que quisessem, porque as suas leis estavam vinculadas a seguir os preceitos de Deus. O único monarca que tentou, D. Sancho II, foi deposto por ser um Rei injusto - algo que era comum acontecer em outros países da Europa, e não só na idade média, como foi o caso extremo de Henrique III da França, que atingiu o cúmulo de ser morto legitimamente pelas suas injustiças, no ano de 1589.

Tudo mudou com o iluminismo e o liberalismo, que consideram o homem perfeito o suficiente para ser quem dita o bem e o mal, podendo então fazer livremente todas as leis - tendo resultado em regimes de terror como a Primeira República Francesa e, mais recentemente, a União Soviética.

Os liberais que não conseguiram acabar com as monarquias no coração dos seus povos recorreram a uma tática que se demonstrou muito funcional: desvirtuar a Coroa, revogando-lhe o direito divino. O monarca deixou de ter essa função porque Deus quis, e passou a tê-la porque a “convenção social” assim desejava.

Posto isto, a monarquia deixou de ser o sistema mais ordenado que replicava o divino, e passou a ser uma república com Rei; uma organização injusta aos olhos comuns. Passadas algumas décadas, estavam todas a cair mortas como moscas, porque tudo o que tornava o regime especial, legítimo e funcional havia sido convenientemente removido.

Conclui-se, assim, que a monarquia é o sistema mais próximo da organização perfeita instituída por Deus nos seus domínios, e por isso é a organização natural à humanidade. É do Senhor que provém a legitimidade da Coroa que, quando orientada para o bem comum e limitada pela conduta moral cristã, produz melhores frutos do que as outras alternativas políticas. Mas se retirarmos Deus do centro da monarquia, ou se torna numa tirania, ou perde a validade aos olhos do povo, e acaba inevitavelmente por colapsar.



Levo Rosas, senhor. São Rosas (brancas), senhor.

Elsa Marques Vivo

Como o tempo era passado,
Nos jardins, no monte e prado,
De rosas e toda a flor,
El-Rei, cheio de piedade,
Nas rosas da caridade
Viu a bênção do Senhor!

João de Lemos (1819 -1890) *in* “As Rosas de Santa Isabel”

A figura da Rainha Santa Isabel de Portugal mantém uma posição de destaque na memória coletiva portuguesa, e, esta proeminência é plenamente justificável, uma vez que a Rainha Santa Isabel se revela uma personalidade cativante, não apenas pela sua profunda espiritualidade, mas também pelas virtudes inerentes ao seu temperamento. No entanto, observa-se que, por vezes, a sua relevância é subestimada em comparação a outras figuras santas e históricas igualmente queridas à Pátria portuguesa, resultando, por conseguinte, no desconhecimento dos benefícios temporais e espirituais que podem advir da sua adoção como modelo e parceira na defesa dos valores tradicionalistas.

Compreendo, pois, que a Rainha, de forma graciosa, reúne em si o serviço ao trono e ao altar – valores intrínsecos à nossa Nação e fundamentais para os tradicionalistas - com o singular atributo da sua feminilidade. A par de todas estes pontos agradáveis de ligação; quisera Deus, ainda, que no presente ano se celebrasse o 400º aniversário da Canonização oficializada pela bula papal de Urbano VIII em 1625. Em virtude disso, apraz-me dedicar algumas palavras – ainda que parcas devido à minha pequenez- à rainha de Portugal e à Santa Católica que tanto admiro e em quem deposito grande confiança.

É pertinente realizar uma breve reflexão prévia, retomando um ponto já mencionado: a imperativa necessidade de bons exemplos e personalidades íntegras na causa tradicionalista. É consensual que a incumbência do católico – a de proclamar a Verdade e a Fé – foi árdua em todas as épocas, e os paradigmas mundanos parecem, por vezes, antagónicos aos preceitos morais. No cenário atual, marcado pelas consequências do Iluminismo e pelas incursões de ideologias liberais e maçónicas, a Igreja experimentou consideráveis reveses. Torna-se, portanto, imperativo dispor de exemplos edificantes que reforcem a nossa resiliência nos desafios hodiernos e que possam instruir as futuras gerações. Portanto, numa época de confusão moral instigada, também, por ideologias feministas, é vital apresentar exemplos femininos que reflitam a beleza da

virtude católica, inspirando mulheres e jovens mulheres a viverem a sua vocação em plenitude, para assim, podemos contrariar a distorção e reafirmar os valores da feminilidade autêntica. Como mulher, em processo de formação espiritual e humana, reconheço a dificuldade de preservar a essência do ser feminino num mundo que busca corrompê-la. Almejo que, com a intercessão da Rainha Santa Isabel, nós, tradicionalistas, consigamos ser um baluarte na arte do feminino, ou seja, na promoção do virtuosismo da mulher e no desenvolvimento de sua sensibilidade.

Este artigo não visa apresentar uma hagiografia exaustiva da Rainha Santa Isabel, embora tal leitura e meditação pudesse ser uma mais-valia para, nós, católicos, crescermos na fé e na prática de virtudes. Em vez disso, explorará o impacto da vida e das lendas da Santa na tradição popular e, por inerência, na literatura portuguesa, em especial, na literatura medieval que nos revela as raízes da cultura portuguesa e permite-nos apreciar a evolução dos temas e conceitos fundamentais situando-os adequadamente no contexto histórico literário.

Desde tenra idade, a Rainha Santa demonstrou propensão para a meditação, a solitude, a oração e o jejum. Contudo, a sua vida como rainha consorte de Portugal foi bastante ativa e participativa. Registros do século XIV indicam que a rainha acompanhou D. Dinis nos assuntos do Reino, como evidenciado pela fórmula inicial de alguns documentos importantes: "Dom Denis, por graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve, en sembra (juntamente) com a rainha Dona Isabel, minha mulher...". Isso demonstra o seu peso e influência na condução dos assuntos de Estado. Assim, Isabel de Aragão manifestou um notável interesse na participação das resoluções reais do Reino de Portugal, o que representava – à data - uma novidade para uma rainha consorte. Tal perspectiva desmistifica a imagem de mulher "sofrida" que erroneamente lhe é associada, revelando-a como uma mulher astuta, perspicaz; não desmentindo que de facto é dotada de uma vida de oração constante.

Não obstante, na atualidade, observa-se uma tendência de desvirtuar a figura da Santa, desassociando-a dos seus valores católicos ao descrevê-la como insubmissa ao marido, simplesmente por ter convicções firmes. Esta tentativa de distorcer o virtuosismo e a santidade da Rainha Santa, não é nada mais do que o resultado de uma formação moral deturpada dos nossos tempos sobre o santo matrimónio e sobre a família; é importante, actualmente, não cair no erro de fazer interpretações anacrónicas, como infelizmente são bem recorrentes. A Rainha Santa - uma vez que concluiu o processo de canonização - não apresenta nenhum indício que sustente a acusação de insubmissão – ela que permaneceu sempre ao lado de D. Dinis mesmo consciente das suas infidelidades. Até pelo contrário, é digno de louvor que, na sua vida, a Rainha Santa Isabel sempre concretizou a plenitude de seus deveres de estado: apoiar o D. Dinis como esposa e participar da vida pública do Reino como rainha. Além de uma vida dedicada à prática caritativa e à preocupação com o próximo, a Bula do Papa Urbano VII realça o papel daquela que foi frequentemente apelidada de "anjo da paz" como intermediária entre os

Reinos peninsulares. A sua dedicação aos problemas políticos nacionais foi tal que, ao interferir na guerra civil entre o Rei D. Dinis e o príncipe herdeiro D. Afonso, foi acusada pelo marido de favorecer os interesses do filho e enviada sob custódia para Alenquer. No entanto, manteve-se firme às suas convicções e com a sua influência direta foi decisiva para a assinatura da paz em 1322, e, no ano seguinte, evitou o reacendimento do conflito ao colocar-se entre os exércitos prontos para a batalha.

Após o falecimento do Rei D. Dinis (datado a janeiro de 1325), os anos subsequentes da vida de Santa Isabel de Portugal foram vividos com um espírito de clarissa, até ao seu falecimento, em Estremoz, no dia 4 de julho de 1336. Sua predileção pela "senhora pobreza" — expressão carinhosa com que São Francisco de Assis designava o seguimento de Cristo pobre — e por uma existência marcada pelo cuidado e interesse pelos mais necessitados, pelos pobres e enfermos, revela uma profunda espiritualidade franciscana.

É comum, mas erroneamente, afirmado que nos últimos anos da sua vida a rainha pertenceu apenas à Ordem Terceira Franciscana (OTF – atualmente movimento secular). No entanto, alguns documentos sugerem que a Rainha Santa, após a viuvez, professou como clarissa. Para a Igreja e para a Nação portuguesa, constitui um elevado privilégio o facto de a piedosa soberana ter vestido o hábito de Clarissa. Há, inclusive, historiadores que a denominam "a régia clarissa", e sabe-se que, nos onze anos posteriores ao óbito de D. Dinis, ela professou clarissa, ainda que apenas *in articulo mortis*.

Reza uma antiga tradição que foi num Convento da cidade de Estremoz que ela morreu. A piedosa Rainha, que possuía o dom de apaziguadora nos furores bélicos, agora, nos anos da sua viuvez, bondosa como sempre, quis ir, ainda uma última vez, usar da sua poderosa intervenção no litígio entre Dom Afonso IV e o Rei de Castela. Para tal, dirigiu-se a Estremoz. Porém, sobreveio-lhe, lá mesmo, uma enfermidade a que não resistiu. E foi assim que, ao ir como mensageira da paz, partiu realmente para o Reino da verdadeira paz. Recolhida ao Mosteiro das Clarissas de Estremoz, foi de lá, numa humilde cela, que a sua bela alma voou ao céu, a receber as eternas recompensas.

Dali transportaram-na seus súbditos a pedido do filho mais velho D. Afonso IV, com grandes honras e dedicação, amortalhada no seu hábito de Santa Clara, para o régio Mosteiro de Coimbra (mosteiro régio, mandado construir pela própria e que era contínuo ao Paço). Ali repousam os restos mortais, dentro de magnífico túmulo, onde a Rainha mandara colocar no tampo a sua imagem - uma escultura- vestida de Clarissa. No túmulo, a representação da Rainha ainda a mostra como peregrina a Santiago de Compostela, acompanhada de uma esmoleira, evidenciando o seu cuidado com os carenciados.

Na transladação do seu corpo de Estremoz para Coimbra – viagem longa que demorou 7 dias – consta que a comitiva que o acompanhava sentiu um suavíssimo cheiro de flores. O perfume espiritual é uma graça concedida a alguns santos, tal como o S.

Padre Pio ou a Santa Teresinha do Menino Jesus. Após este fenômeno a população logo se referia ao corpo da Rainha Santa como “corpo santo beatificado”.

O povo, desde cedo, considerou-a santa, atribuindo-lhe inúmeros milagres. A pedido de D. Manuel I, devido ao intenso culto público, foi beatificada pelo Papa Leão X (15-4-1516) e, em 1625, foi canonizada por Urbano VIII. A Devoção popular foi sempre muito forte, porque ao acompanhar as deslocações que o Rei fazia pelo Reino; e nessas alturas dava esmolas aos pobres, a raparigas pobres e distribuía alimentos. Sem dúvida, o milagre das rosas, em que, segundo a tradição, flores apareceram no seu regaço em vez dos pães escondidos para os pobres, tornou-se o episódio mais emblemático da sua santidade; se bem que as suas ações caritativas e capacidades diplomáticas são particularmente valorizadas na bula de canonização.

Conforme recorda o *Cancioneiro de Coimbra*, de Afonso Lopes Vieira, a pedido de D. Manuel I, D. Isabel foi beatificada:

Ao Padre-Santo pediu
O Senhor Dom Manuel
Que Ihe confirmasse santa
A Rainha Isabel.
Esta Rainha tão santa,
Mulher d'El-Rei Dom Dinis,
Só fez por servir a Deus,
E ele fez quanto quis.
Todas as suas esmolas
Só em secreto as dava
E uma vez que, escondidas,
No regaço as levava,
Um cavaleiro privado
A El-Rei a delatava:
E El-Rei, de cobiçoso,
Acorreu, e perguntava:
— «Que levais aí, Senhora,
Nesse regaço tamanho?»
— «Eu levo cravos e rosas,
Que outras coisas não tenho!»
— «Nem sequer há maravilhas;
Menos cravos, em Janeiro!
Ou serão esmolas isso,
Ou isso será dinheiro?»
A Rainha não falou;
Só o regaço abriu
E eram cravos e rosas,
Que dinheiro... Não se viu.
[...]



Foto: João Armando Ribeiro, MNAC, Museu Nacional d'Art de Catalunya.

Igualmente, várias crônicas medievais e poesias retratam o espírito nobre da rainha e o apreço que os portugueses lhe tinham. A primeira hagiografia parece datada de

1751, redigida por Frei Francisco Brandão, mas segundo afirma o autor, «tresladada de um livro escrito de mão que está no Convento de Santa Clara, de Coimbra». E Frei Francisco Brandão formula o seguinte parecer relativamente ao original: «É muito antiga e muito próxima da morte da Rainha Santa Isabel».

Em cada uma Quaresma, fazia extremadas esmolos a homens e a mulheres envergonçados. E em dia, que se diz *Caena Domini*, lavava a certas mulheres, pobres gafas, os pés, e lhos beijava; e vestia-as de cuecas, de pelotes e ceromes; e dava-lhes de calçar e contas, por amor de Deus. E assi em aquele dia fazia entrar um clérigo ordenado de missa e um gafo, os mais pobres que achassem, e dava-lhes de vestir.

(Crónica publicada por Fr. Francisco Brandão, in *Monarchia Lusitana*, VI Parte)

Na produção literária medieval, é pertinente destacar que, entre as diversas obras atribuídas ao Rei Trovador e que se crê terem sido dedicadas à Rainha, sua esposa, uma em particular parece sintetizar o espírito de tributo, admiração e respeito que o monarca nutria pela rainha dada a sua contribuição na projeção de um futuro promissor para a Nação:

Pois que vos Deus fez, mia senhor,
fazer do bem sempr'o melhor
e vos en fez tam sabedor,
ũa verdade vos direi:
se mi valha Nostro Senhor,
érades bõa pera Rei!

E pois sabedes entender
sempr'o melhor e escolher,
verdade vos quero dizer,
senhor, que sêrv'e servirei:
pois vos Deus atal foi fazer,
érades bõa pera Rei!

E pois vos Deus nunca fez par
de bom sem nem de bem falar,
nem fará já, a meu cuidar,
mia senhor e quanto bem hei,
se o Deus quisesse guisar,
érades bõa pera Rei!

Cancioneiro da Biblioteca Nacional – cantiga de amor- v. 95

Não se sabe se D. Dinis compôs esta cantiga de amor ainda infante ou já como monarca, contudo dirigindo-se à sua senhora, D. Isabel, o trovador garante-lhe que as suas incomparáveis qualidades (o discernimento, a inteligência, o bom senso, a capacidade de se exprimir bem) a capacitam plenamente para a realeza.

Nos anos seguintes, e até aos dias de hoje, o milagre das rosas Milagre das Rosas permanece um tema recorrente na literatura e na tradição popular portuguesa. O Rei D. João III, um grande devoto da Rainha Santa, determinou em 1556 que, anualmente, no dia 4 de julho, toda a comunidade universitária de Coimbra deveria comparecer ao Colégio das Artes. Lá, assistiam a uma oração pública em louvor da Rainha Santa, proferida por um dos padres da Companhia de Jesus. Essa vontade régia foi imediatamente incorporada aos estatutos da Universidade. Consequentemente, o Colégio das Artes dedicou boa parte de sua produção literária à bem-aventurada Rainha D. Isabel. Isso é comprovado com os diversos códices que reúne as obras dos Jesuítas — em poesia e prosa, em latim, grego ou até hebraico — abrangendo desde orações panegíricas até poemas, epigramas, odes, elegias e epitáfios. Com sua canonização em 1625, em plena União Ibérica, a Rainha Santa foi proclamada por Filipe III como co-padroeira de Portugal. A Universidade de Coimbra — em cuja fundação a Rainha Santa Isabel desempenhou um papel significativo — organizou, entre outras iniciativas, um certame poético em sua honra. Publicado em 1626, sob o título *Santissimae Reginae Elisabethae Poeticum Certamen dedicat, & consecrat Academia Conimbricensis Ivssu illustrissimi D. Francisci de Britto de Menezes a Consilijs Catholicae Maiestatis, & eiusdem Academiae Rectoris* (A Academia de Coimbra oferece e dedica à Santíssima Rainha Isabel este Concurso Poético por ordem do Mui Ilustre D. Francisco de Britto de Menezes, Conselheiro de Sua Majestade Católica e Reitor da mesma Academia), o concurso reuniu textos em diversas línguas e gêneros literários, como odes, canções e sermões. Essa coletânea ofereceu um testemunho da diversidade e popularidade da devoção à nova santa, visto que muitos poetas passaram a consagrar as suas obras à recém-nomeada co-padroeira de Portugal.

No período Quinhentista, a figura da Rainha continuou a exercer algum fascínio e as produções literárias do século XVI e XVII dedicaram-lhe notável atenção. Certamente, que as devoções populares e a fé particular estavam em crescimento e firmavam-se cada vez mais no coração dos portugueses. No Renascimento, destacam-se duas obras literárias: uma a que se refere indiretamente e outra, de caráter mais direto, que contribuiu significativamente para a intensificação da devoção à Rainha. A primeira obra mencionada é da autoria do historiador e humanista Damião de Góis, ao redigir a *Crónica do Príncipe D. João*, Góis faz referência a diversos acontecimentos, e em um deles retrata: “A Rainha Dona Isabel, mui piedosa e caritativa, socorria os pobres com tanta constância que parecia ser enviada por Deus para consolar os miseráveis.” Note-se que, embora este retrato seja discreto e a alusão à rainha indireta, é graças às descrições de Damião de Góis, Pedro João Perpinhão e Frei Marcos de Lisboa que atualmente é possível reconstituir o Milagre das Rosas o que, postumamente, facilitar as múltiplas adaptações modernas que hoje se realizam. A segunda obra foi publicada em Lisboa, em 1596, o *Discurso sobre a Vida e Morte de Santa Isabel, Rainha de Portugal, e outras várias rimas*, a obra é composta por seis cantos em oitavas e com as *Várias Rimadas* que incluem sonetos, tercetos, éclogas, glosas, romances e emblemas, eleva a figura de Santa Isabel a um pedestal de grande devoção. Tal elevação contrapunha-se ao clima de

insatisfação provocado pela perda da Independência e à evocação de D. Sebastião como um elemento presente no imaginário coletivo da Nação.

Nas primeiras estrofes, o poeta reconhece as misérias em que a Pátria está imersa e recorda ainda o luto da tragédia de Alcácer Quibir, a exemplo do drama nacional, a estrofe 7:

Começar do destroço lusitano
E ruína total da glória altiva
Com que fez rico ao pobre mauritano
Sebastião, cuja morte inda hoje é viva;
Renovando-se sempre de ano em ano,
Qual águia que no mar a idade aviva,
Em outro mar de lágrimas que chora
Quem se deseja e sua sombra adora.

Contudo, o poeta, também, o transpõe para o plano pessoal e procurando consolo na recordação de glórias passadas, então, evoca a figura luminosa da Rainha Santa: «Vós, Isabel, sereis o meu cuidado; / Em vós empregarei meus pensamentos,/ Sendo por vós meu canto celebrado» (est. 13).

Regista-se uma remanescência de sua presença na produção literária do século XIX, no período do Romantismo, com o poeta ultrarromântico João de Lemos (1819-1890), um miguelista obstinado e adepto da Monarquia Tradicional, ansiou sempre ardentemente pela sua restauração. O poema em questão, "As Rosas de Santa Isabel", está citado na epígrafe do presente artigo. Acredito que este regresso se deve ao facto de o Romantismo na literatura, ao rejeitar o racionalismo e o classicismo, recupera e idealiza a Idade Média como uma época de valores de heroísmo, fé e sentimentos intensos, servindo de inspiração para a construção de uma identidade nacional e reforçando seus pensamentos evasivos.

Ainda no século XX, o poeta popular Henrique Rego escreveu o fado “Rainha Santa” que integra o repertório de Alfredo Marceneiro, e que culmina de forma bastante singela e poética:

(...)
Santa Isabel, se algum dia
Seu nome de eras famosas
Fosse esquecido afinal,
milagre faria
De nunca mais haver rosas
Nos jardins de Portugal.
milagre faria
De nunca mais haver rosas
Nos jardins de Portugal.

Em suma, urge reavivar a memória da vida virtuosa da Rainha Santa Isabel de Portugal. É necessário regar o jardim de Portugal que se encontra ao desmazelo, para que floresçam, de novo, tão belas rosas. Estas rosas têm de ser brancas, brancas mais que nunca, imaculadas e puras como Nossa Senhora e Santa Isabel. Num mundo deturpado, como o de hoje, há a necessidade da união fraterna de jovens mulheres e meninas que cresçam com bons exemplos, para responder adequadamente aos perigos revolucionários do feminismo. Não menos importante, que possam ser educadas a desenvolver a essência e arte do feminino - a sua sensibilidade, tarefas mais femininas - e para a proteção do lar e da família e preocupação por manter o templo do Espírito Santo casto. Como Maria derrota a Serpente, as Rosas Brancas devem derrotar a Revolução. Urge criar uma milícia feminina, com o nome de Rosas Brancas, para restaurar o Reinado Social de Nosso Senhor Jesus Cristo em Portugal.

Rainha Santa Isabel, rogai por nós!



Voz da Raça

Resposta de Castela a Aljubarrota!
E na mudez da pedra tumular
dorme o vencido o sono da derrota,
sonhando com alguém p'ra o desforrar!

Olho em redor... Da abóbada remota
uma bandeira pende, a esfarrapar.
E penso na desgraça que a amarrota,
vexada e triste, sobre o imenso altar.

Essa Isabel que ali a pôs um dia,
do sangue do inimigo descendia
-sangue de Avis florindo em toda a graça!

Por isso, olhando o seu troféu antigo,
Castela, não te espantes se te digo
que nem assim venceste a minha raça!

António Sardinha, *Chuva da Tarde* (1923)

Trono sem Altar? O Coração da Realeza

Guilherme Moreira

**«No princípio era o Logos, e o Logos estava com Deus, e o Logos era Deus»
(S. João I, 1)**

Este versículo não apenas inaugura o Evangelho segundo S. João, mas também dá entrada a uma longa tradição intelectual — patrística, escolástica e Contra-Revolucionária — que reconhece no Logos a Razão Eterna e subsistente, origem e medida de todas as coisas. Deus é Causa Prima e Causa Eficiente de tudo quanto existe; é a Razão absoluta, a partir da qual todo o ente adquire forma e finalidade.

Desta premissa decorre a existência de uma Justiça superior a qualquer instância coactiva, de uma Verdade anterior a toda revolução, e de uma Ordem objectiva que não depende da vontade dos homens, mas da própria *ratio* que os constitui enquanto criaturas dotadas de alma racional.

«Nada mais antinatural, nem mais anticientífico do que a ilusão jacobina.» — António Sardinha

A crise da ordem espiritual e política que hoje flagela o mundo teve o seu momento decisivo na rejeição do *jusnaturalismo* nos limiares da modernidade. Este princípio — que reconhece na Família, na Justiça e na Nação instituições de origem naturalíssima, isto é, conformes à natureza racional do homem e à sua inclinação para o bem comum — foi paulatinamente suplantado por duas doutrinas funestas, que desfiguraram a substância do Estado, separando-o do seu fundamento em Deus e do seu enraizamento no povo: de um lado, o positivismo jurídico, que reduz o Direito à expressão da vontade estatal; de outro, o contratualismo iluminista, que entende a sociedade como artifício nascido de um pacto volitivo entre indivíduos atomizados e desvinculados de qualquer ordem superior.

Ambas as doutrinas tratam da justificação e origem do poder civil. De um lado, temos a fundamentação católica e tradicional da autoridade — desenvolvida pela Escolástica Ibérica e representada por ilustres como Francisco de Vitoria, Domingo de Soto, Luís de Molina e Francisco Suárez — que afirmam a existência de uma ordem natural prévia ao Estado, à qual o próprio poder se submete. Do outro, a concepção revolucionária que, ignorando a *recta ratio*, gerou os absolutismos centralizadores, as monarquias liberais e, por fim, as repúblicas democráticas modernas, onde o poder deriva do número e da lei do consenso.

O liberalismo, ao romper o pacto entre Trono e Altar — que sustentou por séculos a civilização cristã — dissolveu o Trono em nome de uma racionalidade mecânica e

utilitária. O Rei deixou de ser o símbolo da unidade orgânica da Nação, e o Altar foi relegado à esfera privada, estirpando a realeza de seus deveres espirituais, como se a Fé não tivesse papel na constituição da ordem pública.

«Onde quer que haja um Altar, aí existe Civilização.» — Joseph de Maistre, *Diálogos de S. Petersburgo: ou Conversas sobre o Governo Temporal da Providência*

As antigas filhas da Igreja perderam a noção da sua missão providencial e tornaram-se órfãs — primeiro a Inglaterra, depois a estimada França, por fim a Espanha e Portugal. Hoje são crianças desamparadas e nações em declínio, pois a antagonia à célebre sentença de Maistre é clara: sem Altar, não há Civilização.

Perante esta ruptura, o tradicionalista não propõe meramente um retorno político: propõe a restauração integral da Ordem — com Trono e Altar, com Rei e Deus. A verdadeira Monarquia Tradicional é aquela em que o poder temporal se submete à Lei Eterna, onde o Estado reconhece os seus limites perante o Decálogo, e onde o soberano governa não por contrato, mas por vocação e missão perante a comunidade dos seus súbditos.

Em face da ordem defendida — Deus e Rei — a acção do tradicionalista distingue-se da dos conservadores ocasionais, por compreender que, antes da restauração das instituições externas, urge restaurar o Reinado Social de Nosso Senhor Jesus Cristo no coração da Nação. Sem esta realeza espiritual, qualquer restauração política será mero teatro.

Recordemos com António Sardinha, na sua obra *Ao Princípio era o Verbo* (1924): «Dilatar a Fé e o Império equivale a sustentar o guião despedaçado da Civilização. Os motivos de luta e de apostolado que outrora nos levavam à Cruzada e à Navegação, esses motivos subsistem.»

O tradicionalista afirma a sua dissidência ao mundo moderno por meio da sua fidelidade ao Senhor: Jesus Cristo, Rei dos Reis, a quem serve pelo vínculo indelével do baptismo. Outrora, esta consagração era parte da identidade portuguesa — hoje, jaz esquecida sob os escombros do iluminismo e do progressismo. O Império só poderá ser reconquistado se antes for replantado o Altar na praia lusitana. E que Altar é esse? O da Missão Universal e da Cruz.

Em última análise, esta reflexão pretende demonstrar que a negação do *jusnaturalismo*, que levou à separação entre Trono e Altar, e a ascensão do positivismo jurídico, não foram meras alterações doutrinárias, mas autênticas revoluções ontológicas — subversões da ordem do ser, agora desalinhado do seu Criador — que culminaram na queda do Trono e na dessacralização da sociedade. Um Trono sem Altar torna-se mero instrumento de gestão secular; um Altar sem Trono é relegado à intimidade despojada da esfera privada. A Civilização, privada do Bem, da Verdade e da Beleza, torna-se estéril.

Negar o Trono e o Altar é negar o próprio fundamento da Civilização.

Contra o passado idílico

pela humildade na tradição viva

Lucas Orsini

RESUMO

Entre os muitos erros que ameaçam aqueles que se dizem herdeiros da Tradição, poucos haverá tão insidiosos como o mito do passado idílico: esta fábrica romântica de um tempo perfeito, forjada mais pela ânsia de identidade do que pela fidelidade à verdade histórica. Fantasia-se o passado como se fora relicário imaculado, uma era pura e sem mancha, esquecendo-se que mesmo os séculos mais santos foram marcados pela luta, pelo pecado e pela cruz.

Palavras-chave:

Tradição, Humildade, História, Identidade.

INTRODUÇÃO

A Tradição, porém, não é um álbum de formas mortas nem um depósito de estéticas reconfortantes. É realidade viva, exigente, austera. É o fogo do tempo que conserva o que é eterno, queimando o que é accidental. Reduzi-la a figurino, a linguagem arcaica, a proclamações enfáticas, é convertê-la em farsa. Tal erro, infelizmente vulgar, denuncia não apenas um zelo mal orientado, mas uma incompreensão profunda da natureza mesma da Tradição: a sua dimensão interior, encarnada e espiritual.

O tradicionalismo que se detém no exterior, nos trajes, nos ritos, nas fórmulas, torna-se caricatura daquilo que pretende resgatar. Bem frequentemente se nota, em certos círculos, um fervor quase teatral por reviver o passado, como se este houvesse sido uma idade d'ouro intacta, idealizada fora da história e da queda. Contra semelhante ilusão romântica, importa afirmar: a verdadeira fidelidade ao legado dos antigos requer mais que citação e reverência; reclama vida, penitência, cruz. Não basta restaurar a forma, se o espírito permanece corrupto.

É precisamente esta denúncia que se intentará desenvolver nas páginas seguintes. A crítica ao passado idílico, essa imagem fictícia de um tempo perdido, tantas vezes invocada como refúgio psicológico ou bandeira ideológica, desdobra-se em chamamento à humildade e à autenticidade. Examinaremos, primeiramente, os perigos deste imaginário anacrônico e a falsa restauração que dele procede. Em seguida, trataremos da vida interior como fundamento indispensável de qualquer adesão real à

Tradição. Por fim, Reiteraremos a tese que perpassa todo este escrito: a Tradição não se herda por repetição, mas por santidade.

O PASSADO IDÍLICO

Há quem suponha restaurar a ordem perdida empilhando citações, coligindo símbolos, ou encenando rituais. cremos muitas vezes bastar vestir determinado traje, repetir fórmulas consagradas, ornamentar celebrações para devolver ao mundo uma idade d'ouro ideal. Mas esses gestos, se despidos de conversão interior, nada restauram. A forma exterior, sem alma, não ressuscita a verdadeira Tradição, senão a converte em teatro vazio, incapaz de gerar vida nova. Tal ilusão nasce do medo de encarar a dureza do presente. Muitos, ao contemplar a corrupção do mundo moderno, sentem nostalgia de um passado idealizado, que jamais existiu sem quedas, sem feridas, sem lutas. Buscam ali refúgio, tentam apagar as cicatrizes da história, e acabam por forjar mitos tranquilizadores, tão falsos quanto inofensivos, e por consequência cria-se um mundo quase pornográfico. Esquecem que toda idade, mesmo as mais santas, teve de combater o pecado e a fraqueza, e que a virtude verdadeira só floresceu no meio da cruz, das provações concretas, não em paraísos intangíveis românticos, fantasiosos.

Vede o exemplo de França, tantas vezes saudada como bastião da Cristandade, filha mais velha da igreja. Sob Luís XIV, príncipe de zelo religioso, prudente e forte na defesa da fé, parecia Reinara a harmonia católica; mas tão logo desapareceu a sua mão firme, sucedeu-lhe o Duque de Orléans, retratado no *Novo Príncipe* como «um dos príncipes mais libertinos de que faz menção a história», e cujo ministro, o cardeal Dubois, ainda mais dissoluto, corrompia a corte sem pejo. Não tardou que o desprezo de toda religião se alastrasse, vencendo o calvinismo pela simples extinção da piedade. Com a ruína das escolas jesuítas, germinou uma geração ímpia, que poucos decênios depois incendiaria a França de sangue e horror, proclamando a república e destruindo a casa real. Assim se prova que, mesmo na chamada «idade d'ouro» de Luís XIV, havia podridão latente, combatida a duras penas, e que nenhuma monarquia se sustenta só no fausto de sua aparência, se não tiver raízes morais que se renovem sem cessar. O abismo de crimes da Revolução brotou precisamente ali onde o verniz de religiosidade se tornara aparência sem conversão.

Aqui, cumpre recordar, ainda, uma leitura partilhada em colóquio sobre Fernando Pessoa — embora, por várias razões, não seja autor que costume invocar. Porém, ao findar o seu *Mar Português*, colhe-se ali uma síntese memorável:

«*Quem quer passar além do Bojador, tem que passar além da dor*»;

e mais adiante:

«*Deus ao mar o perigo e o abismo deu, mas nele é que espelhou o Céu*».

Esta imagem, de que o abismo do mar reflete o Céu, ressoa profundamente ao sentimento cristão: o sofrimento e a dor que selaram as navegações, longe de acidentes trágicos, tornaram-se ocasião de graça, já que Deus sendo o sumo bem permite-nos atravessar os mais diversos perigos para que sejam estes espelhos do Céu, espelhos da eternidade e prenúncio da glória vindoura. Se essa era, ou não, a intenção literal do poeta, pouco nos importa; o que importa é que assim se pode lê-lo: a alma portuguesa, forjada no sacrifício e na coragem, reconheceu no abismo de suas provações o reflexo do Céu que a guiava, e por este influxo encontrou forças para perseverar.

De nada serve ao homem bradar grandes palavras ou ostentar símbolos venerandos se não for, primeiro, honesto no íntimo. Antes de realizar ao mundo, é preciso realizar em si. Não bastam os gestos exteriores, se não forem o reflexo de um sacrifício real, de uma renúncia autêntica, de uma vida oferecida.

Neste ponto, recordo uma conversação sobre as grandes navegações portuguesas. Costuma-se tomá-las como o cume da história nacional, e não se lhes nega a nobreza; mas, como bem perceberam os integralistas das primeiras gerações, o auge do espírito português não se fixou no feito marítimo em si, mas naquilo que o precedeu: uma alma forjada em disciplina, vida interior e coragem moral, sem as quais não haveria empresa que prosperasse. Assim se passa com a Tradição: primeiro se edifica a alma, depois se constroem as obras. E prova-o a lição severa da própria história Pátria: porque aquele mesmo Portugal que, no século XV, alçara tão alto o nome da Cruz pelos mares, e que fizera retumbar nas quatro partes do mundo o eco de sua fé e de sua coragem, como tão bem canta o poeta, esse mesmo Portugal, ao perder o vigor da sua religião e ao consentir na corrupção das ideias, viu-se precipitado em ruína.

Não é mister grande esforço para reconhecer que as glórias dos mares foram sucedidas pelas trevas das revoluções. Lembremo-nos, como recordava Gama e Castro com razão incontestável, que a Revolução de 1820, com todo o cortejo de misérias que lhe seguiram; a destruição da ordem antiga, o cativeiro dos Reis, a profanação dos altares não brotou de um golpe cego da fortuna, mas das mudanças havidas no espírito da Nação, começadas com a expulsão dos Jesuítas por Pombal, continuadas com a disseminação de livros ímpios, fomentadas pela negligência dos que haviam de guardar a fé, e culminadas com a invasão dos Franceses. Quem quiser gloriar-se só das navegações, e esquecer o preço da disciplina religiosa que as tornou possíveis, que contemple, como advertia o poeta, um Portugal onde «de Lísia triunfante não vê mais que a memória o navegante».

Vê-se, pois, com luz meridiana, que as grandes obras exteriores são apenas o fruto de uma seiva interior viva e pura. Onde essa seiva se corrompe, cedo as folhas secam e o tronco apodrece. Não houve nunca, na história da Europa, revolução que não fosse precedida por mudança na religião; e não houve nunca Reino que, apartando-se da pureza da fé, não houvesse de tornar-se vacilante, sujeito a tiranias, ou entregue ao caos das demagogias. Por isso, a Tradição não se defende com palavras, mas com virtude; não se perpetua com memoriais de glórias passadas, mas com a integridade presente da religião que lhes deu causa.

Por isso, reduzir a Tradição a uma coleção de símbolos é traí-la. O caminho tradicional exige sacrifício, renúncia, combate e vigilância interior. Não basta repetir gestos antigos, se não experimentamos a penitência que os alimentava. Não basta recitar máximas veneráveis sem nos convertermos por dentro. A Tradição autêntica nasce da cruz, e toda tentativa de reavivá-la sem cruz é condenada a matá-la, pois não há vitória sem combate.

Urge, pois, recordar que a chama da Tradição arde no sangue dos mártires, no suor dos monges, nas lágrimas dos conversos, e não apenas nos livros, vitrais ou estandartes. Suspeito que estes últimos recebem preferência pois são o aspecto visível daquilo que é invisível, sendo assim, é bem mais fácil de se perceber rapidamente - algo que é favorecido no tempo do entretenimento rápido e descartável; de facto, a beleza destes é inegável. Vale lembrar um sermão do antigo Mestre-Geral dos Dominicanos, agora, cardeal Pe. Timothy Radcliffe onde ele remarca:

«Na beleza podemos vislumbrar a glória da sabedoria de Deus que dançava quando criou o mundo, “mais bela do que o sol” (Sab. 7)».

E mais adiante:

«E se a beleza é verdadeiramente a revelação do bom e do verdadeiro como acreditava S. Tomás de Aquino, então, talvez faça parte da vocação da Igreja ser o lugar da revelação da verdadeira beleza. Muita da música moderna, mesmo na Igreja, é tão trivial que se torna numa paródia de beleza. É kitsch, e tem sido descrita como “pornografia da insignificância”. Talvez isto aconteça porque caímos na armadilha de ver a beleza em termos utilitários, útil como entretenimento, em vez de descobrirmos que o que é verdadeiramente belo revela o bem.»*

É esta visão utilitária que ataca até os corações mais bem intencionados. Sua força dimana da caridade ardente e da coragem penitente que a sustentam. A restauração verdadeira começa sempre no coração; sem vida espiritual, a Tradição morre sufocada pelo utilitarismo. Esta exigência interior, fundamento de qualquer fidelidade real, será considerada adiante, ao tratarmos da verdade da vida interior.

A VERDADE DA VIDA INTERIOR

Multiplicam-se tratados, ensaios, manifestos... mas quantos deles nascem da oração? Quantos foram escritos com mãos lavadas no sangue da penitência? Quantos se forjam no silêncio da noite, no combate da carne, na dor de ver-se diante de Deus?

«Convicção todo-abrangente de ser um pecador», diz-nos Dom Bernardo.

Agora, quantos tratados, ensaios, manifestos etc... têm sua origem no desejo de ser estimado, ser amado, conhecido, honrado, louvado, preferido, consultado, aprovado, do receio de ser humilhado, desprezado, sofrer repulsas, ser caluniado, ser esquecido, ser ridicularizado, ser difamado, ser objeto de suspeita...

A verdade é que muitos falam como mestres, mas vivem como mundanos; acusam os pecados do mundo, mas não se deixam purificar pelo fogo da verdadeira conversão, nem se humilham a assumir primeiro as próprias faltas. E se estes assim exteriormente aparentam, no seu íntimo a realidade é muito diferente, pois vivem como se não o fizessem, portanto não o fazem de facto.

E volto a citar Dom Bernardo:

«Os Padres Cistercienses veem como modelo das relações humanas antes da revelação da própria miséria operada pelo Cristo, não a violência fratricida de Caim e Abel mas a petulância e hipocrisia do fariseu para com o publicano na grande parábola de Lc 18: “Eu vos dou graças, Senhor, por não ser como os outros homens”. Antes que Cristo nos traga face a face com a realidade de nossa própria pecaminosidade, sentimo-nos felizes e contentes em repetir o refrão, “Omnis homo mendax” – “Todo mundo é uma farsa e uma fraude” – menos nós mesmos, naturalmente. O crítico é isentado da sua crítica. Isto poderia prosseguir eternamente, se não fosse o facto de que um dia a Palavra penetra a fortaleza das nossa defesas psicológicas. Engasgando, somos pegos de surpresa e forçados a ver aquilo que totalmente nos escapava até então: a saber, que omnis significa omnis. Em outras palavras: que eu também sou uma farsa e uma fraude. E este conhecimento não é a conclusão de um silogismo filosófico. É a experiência inegável. A Palavra mostrou-me que eu também, de facto, sou uma farsa e uma fraude.»

Esta lição vale ainda mais para quantos desejam restaurar a Tradição no foro público: se não houver um regresso ao coração, se não houver o silêncio interior que permita ouvir a voz da Verdade, todo o aparato de símbolos e discursos se converte em ruído. O verdadeiro restaurador não pode ser apenas orador: deve ser homem de oração. O monge trapista, diz Bonowitz, aprende a transformar a Palavra de Deus no seu alimento constante, de tal modo que esta penetre e cure as chagas da alma. Não se contenta em lê-la como mera letra, mas mastiga-a, ruma-a, deixa que a Escritura se torne a sua própria memória, tal qual prescrevia o Salmo primeiro: «medita nela dia e noite sem cessar». E esta Palavra, viva e eficaz, opera na vida interior do monge uma amputação misericordiosa — revelando-lhe feridas antigas, pecados mal cicatrizados,

medos secretos que desfiguram a imagem de Deus em sua alma. Ali, onde o homem moderno prefere distrair-se, o trapista consente ser transpassado pela espada divina, pois sabe que só assim poderá purificar-se e reerguer-se como criatura nova. Também o homem público tradicionalista, ou monárquico, deve aprender a meditar, a examinar-se, a purificar-se sem cessar, pois nada há mais perigoso para a causa do Bem Comum do que um defensor da ordem que seja interiormente escravo de suas paixões.

E aqui vai talvez o ponto mais importante que gostaria de fazer e espero que assim o entendam todos os que por bondade o fazem ler: A Tradição, se quer ser viva, deve primeiramente converter o coração.

Não se constrói um edifício sem alicerce sólido; e esse alicerce é a vida interior, a luta ascética, a penitência quotidiana, onde a única escada, a única promoção é a humildade. É o que ensinaram, com exemplar clareza, os monges da Trapa: a vocação à restauração de qualquer ordem, mesmo civil ou política, começa na renúncia de si mesmo, na obediência ao bem comum, na coragem de habitar a própria miséria para ali encontrar a misericórdia de Deus. Dom Bernardo recorda que «quem quer ingressar no mosteiro, ingressa como completo extrovertido» no mal sentido da palavra extroversão, e precisa aprender a habitar consigo mesmo «habitare secum» suportando o peso de suas próprias feridas, sem buscar no ativismo exterior o alívio para a sua dor.

«O príncipe virtuoso», nos recorda Gama e Castro, jamais se contenta em bradar autoridade: ele a funda na virtude real, que se prova no sacrifício, na capacidade de suportar a solidão da verdade, na paciência de reformar-se a si mesmo antes de pretender reformar a sociedade. Porque aquele que não domina o próprio coração, que não doma seus apetites, nem cala suas vaidades, por mais que se revista de insígnias régias ou de fórmulas tradicionais, não passa de simulacro de governante, fantoche do acaso, sem poder duradouro. Tal homem, ensina a história, cedo se converte em tirano ou em joguete de bajuladores, pois não possui a têmpera interior que faz resistir às tempestades. E se, no coração do monge, a lectio divina age como espada de dois gumes, separando as ilusões daquilo que é autêntico, também o homem que milita pela Tradição há de aceitar que a fidelidade ao legado antigo lhe custará antes de tudo a própria conversão, pois nenhuma obra de restauração será firme se não nascer de um espírito lavado em humildade, forjado na oração e disposto a morrer para o mundo velho. Quem não se refaz no secreto do coração, jamais poderá refazer a sociedade; e toda tentativa de reforma externa, sem metanoia pessoal, é tão vã quanto pintar sepulcros caiados.

Sem isto, toda empresa contra a decadência será apenas retórica vazia. Sem isto, a Tradição se tornará peça de museu, curiosidade arqueológica, em vez de caminho de santificação e de salvação para o homem inteiro.

DA HUMILDADE

«Deus julga nosso arrependimento não pelos nossos esforços, mas pela nossa humildade.»

São João Clímaco

São João Clímaco ensina, com verdade comprovada pelos séculos, que «Deus julga nosso arrependimento não pelos nossos esforços, mas pela nossa humildade». Tal sentença devia bastar para fazer calar quantos se envaidecem de suas penitências e façanhas espirituais, como se bastasse medir a quantidade de disciplinas, jejuns ou orações para se declarar justo diante de Deus. Não são os esforços visíveis que comovem o Altíssimo, é a disposição secreta da alma, a sua sincera confissão de indignidade, o seu desejo puro de corrigir-se e de submeter-se, a alma que busca a humildade e os de espírito humilde desejam a correção, eles amam ser corrigidos porque a correção é um dos degraus da humildade, define São Bento:

«[35] O quarto grau da humildade consiste em que, no exercício dessa mesma obediência abraça o monge a paciência, de ânimo sereno, nas coisas duras e adversas, ainda mesmo que se lhe tenham dirigido injúrias, [36] e, suportando tudo, não se entregue nem se vá embora, pois diz a Escritura: 'Aquele que perseverar até o fim será salvo'. [37] E também: 'Que se revigore o teu coração e suporta o Senhor'. [38] E a fim de mostrar que o que é fiel deve suportar todas as coisas, mesmo as adversas, pelo Senhor, diz a Escritura, na pessoa dos que sofrem: 'Por vós, somos entregues todos os dias à morte; somos considerados como ovelhas a serem sacrificadas'. [39] Seguros na esperança da retribuição divina, prosseguem alegres dizendo: 'Mas superamos tudo por causa daquele que nos amou'. [40] Também, em outro lugar, diz a Escritura: 'Ó Deus, provastes-nos, experimentastes-nos no fogo, como no fogo é provada a prata: induzistes-nos a cair no laço, impusestes tribulações sobre os nossos ombros'. [41] E para mostrar que devemos estar submetidos a um superior, continua: 'Impusestes homens sobre nossas cabeças'.

[42] Cumprindo, além disso, com paciência o preceito do Senhor nas adversidades e injúrias, se lhes batem numa face, oferecem a outra; a quem lhes toma a túnica cedem também o manto; obrigados a uma milha, andam duas; [43] suportam, como Paulo Apóstolo, os falsos irmãos e abençoam aqueles que os amaldiçoam.»

Esta verdade, que São João Clímaco nos recorda, está bem conforme ao que diz Santo Antônio de Lisboa em seus sermões: «Quem está repleto do Espírito Santo fala

várias línguas. As várias línguas são os vários testemunhos sobre Cristo, a saber: a humildade, a pobreza, a paciência e a obediência; falamos estas línguas quando os outros as veem em nós mesmos. A palavra é viva quando são as obras que falam. Cessem, portanto, os discursos e falem as obras. Estamos saturados de palavras, mas vazios de obras. Por este motivo o Senhor nos amaldiçoa, como amaldiçoou a figueira em que não encontrara frutos, mas apenas folhas. Diz São Gregório: “Há uma lei para o pregador: que faça o que prega”. Em vão pregará o conhecimento da lei quem destrói a doutrina por suas obras». (Dos Sermões de Santo Antônio de Pádua, presbítero (I.226) (Séc.XII)).

E ainda, "O espírito de humildade é mais doce que o mel, e quem se nutre desse mel produz frutos doces." Ora, um mero exercício de lógica baseando-nos apenas nas palavras do santo da contra-revolução deduz que, se o fruto que se nutre do mel da humildade é doce, aquele que não se nutre do mesmo mel só pode ser amargo. E amargo tem sido, de facto, o fruto que se colhe no nosso tempo: fruto de um espírito inchado de vaidade, alimentado não pelo mel da humildade, mas pela seiva envenenada do orgulho e do saber mal direccionado.

Em 1648 Pe. Antonio Vieira em um de seus sermões sobre Santo Agostinho alerta-nos sobre a vaidade do autor:

«A todos os autores, diz Ambrósio, enganam os seus escritos; e ainda que tenham erros, só eles os não veem. E a razão desta cegueira é porque são partos do seu entendimento; e assim como os filhos, posto que sejam feios, agradam a seus pais e lhe parecem formosos; assim os escritos de cada um por imperfeitos, errados e mal compostos que sejam, naturalmente, lisonjeiam a seus autores e lhes parecem bem; porque se parecem com eles.»

E prossegue:

«A ciência dos erros alheios é fácil, se se examinam sem ódio, sem interesse; a dos erros próprios é muito difícil, porque sempre os julgamos subornados do próprio amor. Os alheios conhecemo-los com o juízo livre, os próprios como o entendimento cativo: os alheios vemo-los como juízes, os próprios como namorados.»

Não há melhor lugar para observar este enxame inflamado de si como nas universidades, que como descreve o Gama e Castro «fábricas de pedantes e semi-doutos». E estas fábricas estão longe de não produzir males, como nos adverte no *Novo Príncipe*: «e que tão grande é o bem que podem fazer os sábios completos, quanto é o mal que podem causar, ou causam efetivamente, os semi-doutos». O semi-douto, que possui um fragmento de saber mas carece da sua ordem e da sua humildade, converte

esse fragmento em arma, em escândalo e em confusão. Nada é mais perigoso do que meia-verdade posta a serviço do orgulho, pois mente com ares de verdade, e seduz até os bem-intencionados.

E o mal que causam os semi-doutos é efetivamente visível, mais adiante descreve Gama e Castro:

«Foram estes pedantes e semi-doutos que generalizaram a corrupção dos costumes por toda a parte; foram eles que estenderam este espírito de irreligião e incredulidade que atualmente se observa, ainda nas classes mais inferiores; e são eles finalmente que sustentam e propagam esta doutrina de liberdade e igualdade e quimérica que ameaça subverter todas as sociedades humanas.»

Na verdade, o semi-douto é um homem de muitas carências, carece ele de quase tudo; ele carece da pureza, pois um coração de viciosas paixões é incapaz de elevar-se à contemplação das coisas do alto, carece igualmente desta oração humilde, pois seu espírito se ufana de saber e não se humilha para pedir a Deus a luz verdadeira; carece do amor da verdade, pois antes ama o brilho do aplauso e a vitória da discussão, não a substância do bem; carece, finalmente, de coragem intelectual, porque teme ser refutado, foge ao exame rigoroso e prefere sustentar erros cômodos e em superficialidade em vez de se submeter ao labor penoso de aprender com humildade. É homem que conhece muitas palavras, mas não conhece a si mesmo;

Como me lembro do que diz Dom Thiago Sinibaldi:

«As principais disposições para o estudo da filosofia são três: oração humilde e fervorosa, grande pureza de coração, ardente amor da verdade. É necessária a oração; porque, sendo Deus o Senhor das ciências, o Pai das luzes, a Ele deve recorrer quem deseja a sapiência. É necessária a pureza de coração; porque um coração que se arrasta no lodo das mais vis paixões não pode elevar-se à contemplação de coisas nobilíssimas, como são as de que trata a Filosofia. É necessário o amor da verdade; porque só esse amor provoca o desejo de saber, conforta as forças e vence as dificuldades, subordina as ideias às coisas e não as coisas às ideias, e, se detesta o erro, ama sinceramente o errante.» (Elementos da Filosofia, Vol. I, Intro., 8).

Por isso, a humildade é a raiz de toda obra boa. Sem ela, a penitência se converte em vaidade, a esmola se tornará vanglória, o estudo meríssima soberba. Sem humildade, o homem julga salvar a Pátria, reformar costumes, restaurar a ordem... mas no fundo não passa de instrumento de suas próprias paixões autoindulgentes. É a

humildade que purifica a intenção e faz com que os atos, mesmo pequenos, sejam grandes aos olhos de Deus.

CONCLUSÃO

A fidelidade à Tradição requer mais do que erudição: requer santidade. E a santidade, ao contrário do estilo, não se finge.

Não se conserve, pois, em engano quem julga bastar à Tradição a vã pompa de estandartes e o eco de palavras antigas. É mister que ela se alimente de sangue vivo, de corações ardentes, de consciências lidadas no lume da penitência. O passado, por mais nobre, não nos redime se for apenas relíquia; e, se a ele nos atarmos sem alma renovada, será peso morto a nos arrastar ao abismo. Repetir as fórmulas, sem beber da seiva que as gerou, é profaná-las; pois toda palavra antiga, se apartada do espírito vivo que a fez nascer, converte-se em eco vazio, em simulacro vão, traindo a verdade que pretendia guardar.

«Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! Porque sois semelhantes aos sepulcros caiados, que por fora parecem formosos, mas por dentro estão cheios de ossos de mortos e de toda imundície. Assim também vós exteriormente pareceis justos aos homens, mas interiormente estais cheios de hipocrisia e de iniquidade» (Mt 23,27–28).

«Sepulcros caiados» que, à semelhança dos fariseus, ostentavam justiça exterior mas escondiam a morte por dentro. Aparência sem substância, louvor sem mérito, sepulcros caiados. Tal repetição, desprovida de alma, macula aquilo que diz honrar e reduz a Tradição a fria caricatura, quando deveria inflamá-la de vida nova. Nisto São João Crisóstomo ilustra de forma magistral:

«Depois disto, Ele novamente os ridiculiza por sua vanglória, chamando-os de sepulcros caiados (Mateus 23,27), e a todos acrescenta: hipócritas; o que é a causa de todos os seus males e a origem da sua ruína. E não apenas os chamou de sepulcros caiados, mas disse que estavam cheios de imundície e hipocrisia. E disse estas coisas, indicando a razão pela qual não acreditavam, pois estavam cheios de hipocrisia e iniquidade. Mas estas acusações não foram feitas apenas por Cristo, mas também constantemente pelos profetas, que os acusavam de roubar, de que seus governantes não julgavam segundo a norma da justiça, e por toda parte se pode ver que os sacrifícios eram recusados, mas estas outras coisas exigidas. Assim, nada há de estranho, nada de novo, nem na legislação, nem na acusação, nem

mesmo na comparação com o sepulcro. Pois o profeta também faz menção disto, e não apenas os chama de sepulcro, mas a sua garganta de sepulcro aberto. Assim são também muitos homens hoje, adornando-se exteriormente, mas cheios de iniquidade por dentro. Pois ainda hoje há muitos modos e muitos cuidados com as purificações exteriores, mas quanto às da alma, não há sequer um. Mas se alguém viesse a rasgar a consciência de cada homem, encontraria muitos vermes e muita corrupção, e um mau odor além de qualquer descrição; refiro-me a desejos desordenados e perversos, que são mais imundos que os vermes.»

Assim, a hipocrisia segue sendo a causa dos males, como o verme que corrói os alicerces, é a origem da ruína de todo esforço de restauração que não comece pela própria conversão. Tal é a lição que nos legaram os séculos: lição cravada na humildade, a mãe de todas as virtudes. Se algum ânimo resta em nós para a restauração do amor, uma vez que esta pompa teatral nasce de um mal mais profundo - o amor desordenado de si, comece cada qual por restaurar a si mesmo, através da ordenação do amor próprio, que como torno a mencionar:

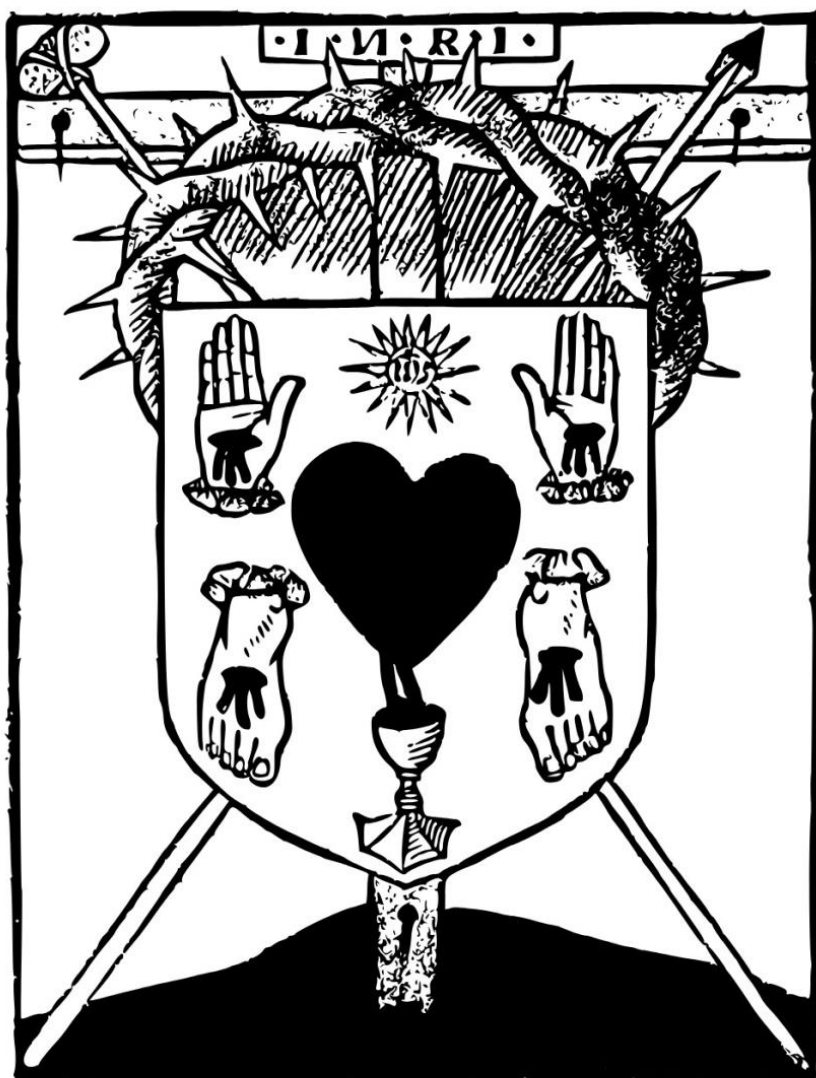
«Antes deste encontro com Cristo ele era autoindulgente por ser essencialmente um amor de desespero, um amor-próprio de pessoas cujo futuro parecia ser a progressiva decadência e a desintegração. Agora, um auxílio completamente eficaz se manifestou e realizou o seu trabalho. Como resultado, vimos a crer na possibilidade da nossa regeneração. Perdoados, temos sólida razão para acreditar que podemos ser “restaurados”, que podemos nos tornar o tipo de ser humano que Deus sonhou ao criar Adão e que nós também sonhávamos ser, ainda que em segredo e meio desanimados.»

Antes de refazer as coroas, lavem-se os corações. Antes de reerguer os cetros, dominem-se os vícios. É preciso, primeiro, ser humilde como o servo, para depois ser forte como o Rei. Pois quem não aprende a ajoelhar-se, não saberá governar; quem não aceita purificar-se, não poderá legislar; quem não ama o sacrifício, não sustentará a autoridade.

«As práticas tradicionais da vida monástica cristã, já presentes no séc. III, de trabalho manual, vigílias, jejum, simplicidade e a oração do tempo através do ciclo do dia monástico, não são penitenciais, nem tampouco são ascéticas no sentido de constituírem um programa de autotranscendência. Elas são a vida do “homem novo”, do ser humano não mais irrefletidamente dominado por seus impulsos e assim desorientado de si mesmo, mas antes, da pessoa que, em reflexão

pacífica, percebe aquilo que verdadeiramente precisa a respeito de comida, posses, descanso, etc., e está contente em ficar sem o resto.»

Esta, pois, é a nossa sorte e o nosso fado: que toda tradição se faz viva no homem que a reencarna, que a reconquista, que a revive, não na cômoda saudade, mas na labuta diária de um espírito convertido. Lembremo-nos: não há verdadeira restauração sem cruz, não há coroa sem espinhos, não há vitória sem feridas. Antes a chama do altar do que a tocha do teatro; antes a humildade do penitente do que a pose do esteta. Assim se salvará o nome, a honra, a fé, e a grandeza de nossos avós.



BEM COMUM

Valentim Rodrigues

É frequente, nestes tempos de modernidade e progressismo, ouvir da boca dos nossos governantes as palavras “Bem Comum”, aplicadas a um qualquer projecto, que possa originar uma maior ou menor oposição de comunidades, perante a destruição que geram no seu seio, mas, quanto mais vozes se levantam, mais os governos delas abusam. Temos como exemplos disto, a extração do lítio, ou a instalação das novas florestas de painéis solares, que segundo os ditames do poder, são essenciais para que salvemos o planeta de umas alterações climáticas, que a nova ciência e uma avalanche de especialistas, cuja postulação se resume, exclusivamente, a teorias, justificadas por uma avalanche de outras teorias, e que no fundo negam aquilo que dizem representar e defender: a ciência.

Esta é a crua e distorcida realidade, trazida pelos Estados de Direito Democrático, versão actualizada do protestantismo, base indiscutível do liberalismo doutrinário, a qual nos tenta impelir sempre, a uma superficial dedução, segundo a qual, o bem comum é a soma de muitos bens individuais.

Mas o que é o Bem Comum?

Rumemos, profundamente, aos objectivos finais de um magnífico Lince Ibérico.

Aparentemente e sem se aperceber do porquê, ele precisa de comer e por isso busca incessantemente na floresta, alimento que o sustenta para, de forma instintiva, se reproduzir, ser ímpar entre pares.

No fundo, o Lince Ibérico prossegue um bem comum, que é aceite por todos e que a todos se sobrepõe: - a sobrevivência da sua espécie.

Por incrível que tal possa parecer, o Bem Comum não anda longe desta simples e fria observação.

Na realidade o Bem Comum é algo que se distancia da mera soma de bens individuais, porque a eles se sobrepõe e porque exige obediência a um fim reconhecido e aceite por todos, como superior.

Aristóteles, identificava como superior o bem de viver em sociedade, em detrimento ao bem de viver sozinho. O fim da nossa vida não é simplesmente viver, mas sim viver bem e tal significa, viver virtuosamente. Da mesma maneira, o viver na cidade não se reduz à satisfação de necessidades materiais individuais, ou mesmo das famílias, mas sim o de procurar a felicidade, só alcançável através de uma vida virtuosa.

Se a visão de Aristóteles sobre o Bem Comum era imperfeita, é o pensamento Cristão que a aperfeiçoa, alargando a todos os homens a possibilidade de, para além de terem um bem comum temporal, essa felicidade, terem também, um bem comum transcendente, Cristo Rei, que pela mediação da Igreja, era por todos aceite.

Vivemos, contudo, numa sociedade submersa pela doutrina liberal e suas ideologias, onde a inexistência de um Bem Comum, por todos aceite, a torna numa sociedade artificial, na qual, a comunidade política se vê como um clube, de poder ilimitado.

Os indivíduos, acumulados na Sociedade, dirão que pagam os seus impostos, como quem paga uma quota e esperam, em contrapartida, que o Estado lhe dê guarida e que o clube fique encarregue da ordem e das relações com o mundo exterior, para que possam gozar uma imensidão de serviços estatais.

Este sócio, ou indivíduo, julga-se pois, no direito de uma mera obrigação contratual. Se não forem satisfeitas as cláusulas desse contrato, procurará uma nova direção que as satisfaça ou, recorrerá ao protesto, até que o cumprimento clausular, seja do seu agrado.

Por sua vez, a direção do clube, ou governo, entende a sua função como a gestão técnica da sociedade, com o intuito de satisfazer individualmente cada sócio.

Nesta perspectiva, o indivíduo usa a sociedade como um meio, para alcançar o seu bem pessoal, enquanto os candidatos à direção, se limitam a apresentar os resultados do seu hipotético governo, com imagens de indivíduos, casais ou famílias com laivos de felicidade, ao nível da propaganda de um supermercado, ou uma seguradora.

Nos tempos que correm, dominados pelo liberalismo, é muito difícil compreender a natureza do bem comum temporal, porque tudo parece resultado da luta renhida entre indivíduos, grupos, partidos ou classes, tendo em vista o lucro.

Apesar de ser cada vez menos evidente, temos que descer à família, para de novo termos uma ideia do que é o bem comum.

A sociedade familiar integra no seu património, os bens adquiridos através do trabalho e que servem o bem-estar, sustento e proteção dos seus elementos, mas também o exemplo, a educação e o cuidado proporcionado pelos pais.

Tudo isto é a semente de uma disciplina e ordem no interior da família e constitui uma virtude para a sua descendência. Mas o que sobressai sempre, é o amor mútuo que tudo ultrapassa, sendo insubstituível na vida afectiva de cada um dos seus membros.

É este amor mútuo, o bem comum familiar; complexo, que se sobrepõe ao conjunto de perfeições e da posse de bens domésticos de cada elemento e que se constitui como algo superior a todos.

Por isso, numa cidade ou sociedade, o bem comum não é uma soma de quotas na esperança de uma percentagem do lucro, mas algo enormemente superior.

Este Bem é singular por ser Uno, mas é em simultâneo Comum, porque apesar de ser Uno, a todos pertence.

Contudo a eterna busca de perfeição só resulta e faz sentido, se caminharmos sem medo e sem a vergonha que o liberalismo quer impôr, para um Bem Comum Transcendente.

É este caminho para a Beatificação, para Deus, o que nos separa dos impérios e cidades pagãs.

Por Deus, Pátria e Rei

(bibliografia: *La Sociedad Tradicional y sus enemigos*, José Miguel Gamba)



As Indulgências

Carlos Pinela

“E dar-te-ei as chaves do Reino dos céus; e tudo o que ligares na terra ficará ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus.” - Mateus 16:19

Todos nós já ouvimos falar nas indulgências, seja num sermão, numa simples conversa ou até mesmo na escola quando nos ensinaram que certo herege alemão tinha 95 coisas a dizer sobre as indulgências. Mas afinal o que é uma indulgência?

A indulgência é uma remissão da pena temporal devida pelos pecados. Ou seja, quando cometemos um pecado, apesar de já estarmos perdoados através do Sacramento da Confissão, ainda é necessário repará-lo. A indulgência, de certa maneira, substitui essa reparação. Concedida perante certas condições a quem está em Estado de Graça, aplica-se ao mesmo as satisfações superabundantes de Nosso Senhor Jesus Cristo, Nossa Senhora e de todos os Santos. É uma espécie de anistia. As indulgências são concedidas através do Tesouro da Igreja. Nosso Senhor, sem necessidade, passou uma vida de oração e penitência, com valor infinito; Nossa Senhora sendo imaculada não necessitava de pagar por pecados, ainda assim o fez, acumulando para o Tesouro da Igreja de Seu Amado Filho; os Santos repararam mais do que necessitavam e essas reparações foram também depositadas no Tesouro. Como disse São Tomás de Aquino: «A Divina Justiça não sofre o mínimo detrimento, pois não se diminui a pena, mas aplica-se a penitência de um a outro.»

A Diferença entre Indulgência Plenária e Indulgência Parcial

Existem dois tipos de indulgências: plenária e parcial. A indulgência plenária é aquela que perdoa toda a pena temporal devida pelos pecados. Se uma pessoa conseguisse lucrar de uma indulgência plenária e morresse no instante a seguir não passaria pelo purgatório. A indulgência parcial é aquela que perdoa só uma parte da pena temporal devida pelos pecados. Numa indulgência de 40, 100 dias, 7 anos e demais semelhantes entende-se a remissão de tanta pena temporal quanto se descontaria em 40, 100 ou 7 anos de penitência estabelecida pela Igreja. O tempo das indulgências não é o mesmo que o tempo do Purgatório. Um dia de indulgência não é um dia a menos de Purgatório. Nós não temos uma medida exacta de quanto é que deveríamos pagar pelos nossos pecados. A Santa Madre Igreja simplesmente nos guia à penitência. Assim, as indulgências parciais vão, digamos, “abatendo na conta” daquilo que ainda devemos a Deus Nosso Senhor. E esses dias, meses ou anos são equivalentes à penitência dos primeiros séculos da Igreja, uma penitência muito mais austera do que nós estamos habituados. Só por este simples pormenor vemos o quão bela é a caridade da nossa Mãe Igreja.

“Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu.” Mateus 18:18

Requisitos Necessários

Um tesouro tão valioso para a nossa alma não é dado assim de mãos beijadas. Tem os seus requisitos que passo a apresentar:

- Estado de Graça (No momento de praticar a última das obras prescritas, isto se for a favor do mesmo. Desapego total de qualquer pecado, mesmo venial. Não é necessário o estado de Graça para obter indulgências em favor dos defuntos);
- Intenção de lucrar a indulgência (Basta que seja geral mas é recomendado renová-la todos os dias de manhã);
- Cumprimento das obras prescritas (Confissão, comunhão, visitar uma Igreja e rezar um Pai-Nosso, Ave-Maria e Glória pelas intenções do Santo Padre);

Agora vou partilhar mais algumas informações em relação aos requisitos. As confissões são exigidas mesmo sem pecado mortal e podem ser feitas oito dias antes ou 8 dias depois, e também na oitava subsequente aos tríduos e novenas. Não precisam confessar-se se, não estando impedidos, costumam confessar-se duas vezes por mês ou comungam dignamente quase diariamente com a intenção de lucrar da indulgência. A comunhão pode ser recebida na vigília do dia da indulgência bem como na oitava subsequente. A visita pode ser feita desde as 12 horas do dia anterior até à meia noite do dia marcado para as indulgências. Ao assistirem à Missa Dominical não podem fazer a visita ao mesmo tempo, neste caso é necessário sair e voltarem a entrar. Se no mesmo dia quiserem lucrar várias indulgências, terão que fazer as visitas correspondentes ao número de indulgências que querem lucrar, bastando sair e entrar imediatamente depois. As orações pela intenção do Santo Padre são de nossa escolha salvo quando o indulto refere certas orações. Uma parte das orações deve ser rezada oralmente, não basta a oração mental. Quando se pede orações pelo Santo Padre sem mencionar nenhuma em específico, basta rezarem um Pai-Nosso, Ave-Maria e Glória. As jaculatórias indulgenciadas podem ser apenas rezadas mentalmente. Só podem ganhar uma indulgência plenária por dia, salvo expresso contrário. Quem não pode ganhar a indulgência plenária por completo, ganha parte dela conforme a sua disposição.

Exemplos de exercícios com indulgências:

E por fim, mas não menos importante partilho alguns dos exercícios que a Santa Igreja indulgência, para que possamos gozar do Seu Tesouro.

Plenárias:

- . Terço recitado diante do Santíssimo Sacramento (Confissão e Comunhão)

. Coroa Franciscana - Para membros das 3 ordens de São Francisco de Assis não necessitam de contas / para os fiéis é necessário uma coroa benta por um sacerdote franciscano ([para saber mais ou rezar](#));

- . Via-Sacra (Comunhão);
- . Oração a Cristo Crucificado;
- . 15 minutos de oração mental por dia (Indulgência Plenária Mensal);
- . Adoração ao Santíssimo Sacramento por pelo menos 30 minutos;
- . Visita a um cemitério entre os dias de 1 a 8 de novembro (Rezar piedosamente pelos defuntos. Indulgência é aplicável apenas às almas do Purgatório e deverá cumprir as quatro condições gerais.);

Parciais:

- . Sinal da Cruz (50 dias);
- . Senhor, aumentai a nossa fé. (500 dias);
- . Jesus (300 dias);
- . Jesus, Maria e José (7 anos);
- . Ladainha de Nossa Senhora (7 anos, citada todos os dias ganha-se uma indulgência plenária ao final do mês);
- . Ladainha de São José (5 anos, citada todos os dias ganha-se uma indulgência plenária ao final do mês);
- . Acto de Contrição (7 anos);

Agradeço mais uma vez à Elsa por me ter incentivado a escrever este artigo, sem dúvida que aprendi imenso sobre um dos grandes Tesouros da nossa Igreja e espero que também tenham aprendido sobre este caminho especial para o Céu. Para terminar gostaria de deixar-vos esta frase que li num livro que serviu como base de estudo para este artigo:

“Santa Teresa conta que uma Religiosa depois de uma vida santa, passou da terra para o céu sem tocar no purgatório e lhe foi revelado que era por ter aquela alma aproveitado muito o tesouro das indulgências nesta vida.”

Paz e Bem.



Os dois Miguelismos

Gil Gravanita

Durante a Guerra Civil Portuguesa (1832-1834), o lado Miguelista não era tão homogêneo como se pensa. É raro existir uma Guerra Civil onde só existem dois lados bem definidos. Enquanto os liberais, unidos pelo ódio à Monarquia Tradicional, desejo de liberalizar o País e lealdade ao irmão Pedro de Alcântara e a sua filha D. Maria da Glória, eram divididos em duas principais facções: os Liberais Moderados « azues » de Palmela que defendiam a injusta Carta Constitucional e os Republicanos « vermelhos » que queriam implantar uma República sob a liderança de Saldanha. Separados pelos ritos e lojas maçônicas do rito escocês/inglês «azues» e rito francês «vermelhos». Sendo os azues mais “conservadores” e os vermelhos mais “revolucionários”, estas bases originam a dicotomia de Direita e Esquerda Democrática actual. Como se pode ler no livro *Dom Miguel e a sua Época - A Verdadeira História da Guerra Civil*, de Paul Siebertz:

“Logo após o acto de entrega da Regência por D. Isabel Maria, em 26 de Fevereiro de 1828, D. Miguel constituiu o seu primeiro ministério. Dadas as novas circunstâncias era necessário que outros homens tomassem conta dos negócios do Estado. Porém, teve de escolher dentro dos diversos grupos políticos um gabinete heterogêneo, que decerto se não ocuparia dos assuntos importantes em completa identidade de opiniões.

Digladiavam-se três facções políticas. a mais numerosa era a dos absolutistas, ou «ultras», que em primeiro lugar opunham o seu veto às inovações liberais e à Carta. Este grupo de extrema-direita olhava com certa repugnância as velhas leis da Monarquia e as antigas cortes: desejava um Rei absoluto, com poderes ilimitados. Nutria o mesmo ódio contra os liberais e contra a Inglaterra e o domínio britânico em Portugal. Desde que os ingleses tinham auxiliado e defendido a Carta recusava-se a entrar em negociações com a Grã-Bretanha «enquanto houvesse um soldado inglês em terra portuguesa» e enquanto não fosse abolida a tutela britânica. Os «ultras» punham em especial relevo a sua fidelidade à Igreja. No liberalismo não viam mais que uma heresia, uma ofensa aos princípios da Monarquia e do Catolicismo; o poder real devia combatê-lo por todos os meios ao seu dispor; ainda mesmo a ferro e fogo, para que ao povo se pudesse garantir a unidade de crenças que disfrutara durante séculos. Estas ideias tinham o completo aplauso das massas populares, educadas e formada em oito séculos de lutas pela fé e pelo império.

Era mister que em Portugal se mantivesse o catolicismo como religião do Estado e assim pensavam todos os portugueses não contaminados pelas ideias das sociedades secretas.

Em oposição aos «ultras» ou absolutistas, na extrema-esquerda, combatiam os Saldanhistas ou radicais. Pertenciam a este grupo os membros das inúmeras sociedades secretas, que eram organizadas nas Lojas e Vendas dos carbonários. Na sua grande maioria eram zelosos defensores de D. Pedro: Grão-mestre da Maçonaria brasileira, viam a segura garantia do triunfo das ideias radicais, ainda que apenas um meio para alcançar os seus fins - republicanos e anti-católicos.”

No campo Miguelista, eram aceites todos os que defendessem a Causa d'el Rei Dom Miguel I. Por essa razão, o lado “apostolico” (nome que os liberaes chamavam aos miguelistas pela sua defesa e amor à Sancta Egreja Catholica **Apostolica** Romana) tambem eram bastante heterogeneos - podem ser divididos em tres blocos: os liberaes moderados que reconheciam a legitimidade de D. Miguel I como Rei de Portugal mas queriam uma Constituição Liberal; os absolutistas ou “ultra-realistas” (também eram conhecidos simplesmente por “ultras”) que era considerada a facção mais radical do miguelismo, defendendo a Guerra Total á Revolução e mudanças associadas e queriam a restauração da Monarchia Absoluta, liderados pelo conde de Basto, por fim os tradicionalistas, ou como acho melhor chamar-los os “municipalistas”, pois procuraram restaurar a Monarchia Organica Municipalista da epoca medieval.

“Para desgraça sua, o duque de Cadaval tinha no ministério um adversário que lhe era muito superior na prática dos negócios e na ausência de escrúpulos: era o ministro do Reino e da Marinha, Leite de Barros, elevado por D. Miguel a conde de Basto. Alcançara cedo influência e consideração como Intendente da Polícia; tinha sido educado em estritas ideias de política e até na religião; não conhecia outro meio de governar que não fosse a mais impiedosa severidade, como medida, como medida preventiva só conhecia o terror. Obstinado e imprevidente, jactava-se da sua lealdade à Monarquia Absoluta, mas mantinha-se estreitamente agarrado aos erros cometidos, mesmo na evidência de que eles prejudicavam o soberano e o País. Acima de tudo estava para ele o partido. Chefiava a extrema-direita dos «ultras» e estava persuadido de que só ele e os seus amavam a pátria, e que não havia erro maior que fazer concessões a um adversário político. Odiava o liberalismo e o sistema constitucional. Sintetizava o programa liberal em poucas palavras: «duvidar e destruir como princípio, adquirir e enriquecer como finalidade principal». Pretender salvar um país arruinado por uma revolução liberal - dizia ele, e com toda a razão - equivalia a sangrar um tuberculoso. A sangria pode descongestionar o pulmão, mas diminuem em absoluto as forças e a morte é certa e rápida.”

Os tradicionalistas desejavam fazer reformas profundas para recuperar o municipalismo em Portugal. Liderados pelo Duque de Cadaval e com o apoio de D. Miguel, ainda assim, eram a facção mais pequena.

“O duque de Cadaval «ministro assistente ao despacho e presidente do Governo» (...) Depois da morte de D. João VI havia sido membro da Regência, onde defendeu o único e justo caminho para a resolução do problema político: a convocação das antigas Cortes que decidiriam, de acordo com o direito tradicional, da sucessão do trono. [As sociedades secretas (...) tinham obtido uma forte maioria no Conselho da Regência: a proposta justa e prudente do Duque não foi portanto aceite.] Desde então o Duque afastara-se dos negócios do Estado. Quando a confiança de D. Miguel o chamou a tão alto cargo revelou faculdades excepcionais, uma conscienciosa dedicação e um grande desejo de servir.”

Seria possível desenvolver mais sobre as diferentes facções da Guerra Civil Lusitana, mas neste simples artigo irei focar-me na dinamica entre os “absolutistas” e

“tradicionalistas”, de como as suas diferenças influenciaram o Reinado Miguelista, a Guerra Civil e o Tradicionalismo em Portugal - do Integralismo Lusitano até agora. Lembro ao leitor que não existe muita documentação sobre este assumpto, pois trata-se de temas de crenças pessoais, que só nos chegaram por relatos de terceiros e correspondência. O Governo Miguelista enfrentou uma Guerra Civil e portanto não teve tempo nem forças para desenvolver Doutrina e fazer Reformas estruturais no Reino. Relembro que estes “lados” e as designações também não eram uniformes e, sim, uma bandeira que indivíduos diferentes usavam ou utilizavam como insulto às outras facções.

Em primeiro lugar, os “ultra-realistas” tinham o apoio da maioria da população e das classes mais baixas. O seu amor por Deus, à Pátria e ao Rei levaram-os a odiar justamente a Revolução e tudo que tinha cheiro de revolucionário. Por isso, rejeitavam qualquer reforma e mudança com desconfiança e resistência dando imensas dores de cabeça aos “tradicionalistas” no Governo que não tinham só de lutar contra a influência das lojas (que até no Governo Miguelista estavam presentes), mas também contra o ultra-conservadorismo “absolutista”. Não era só no Povo que apoiava a facção “ultra-realista”, grande parte do Clero e da Nobreza também era adepta destas ideias. Tal era sentido no próprio Governo Miguelista, pois muitos ministros d’el Rei eram deste partido. Não esquecendo que até as potências continentais adeptas à Ordem Monárquica por causa do seu desconhecimento das leis tradicionais do Reino eram favoráveis a esta conduta.

Em segundo lugar, os “tradicionalistas”, queriam a restauração do antigo e Português Municipalismo em Portugal. Viam a Monarquia Absoluta dos seus pais com necessidade de reformas. Sentiam nos Novos Tempos e na ameaça da Revolução, motivos suficientes para trazer reformas e mudanças às instituições monárquicas com base no que foi a Monarquia Tradicional Medievalista. Embora fosse a facção mais pequena tinham o importante apoio do Rei.

“D. Miguel desejava e pretendia transformar o Estado absolutista na Monarquia tradicionalmente fundamentada nas cortes dos Três Estados do Reino, mas a vontade do Príncipe encontrava a inquebrável resistência do conde de Basto, a quem repugnava toda a inovação e que não importava de actuar à margem dos desejos de D. Miguel”

“[Os absolutistas] Exigiam o regresso do governo aos princípios absolutistas de D. José, enquanto D. Miguel e alguns conselheiros experimentados procuravam os alicerces da sua política alguns séculos mais atrás: nas velhas instituições e liberdades municipais da Idade Média, em que se devia fundar a transição para os tempos modernos. Com o restabelecimento das antigas leis estaria dado o primeiro passo nesse sentido - por isso encontrava este plano na Corte tão acerbos adversários. Na maneira de ver desta sociedade intransigente, bastava a revolução ter revelado uma ideia para eles a rejeitarem como má. Não se conhecia a palavra «melhoramento» mas sim «restabelecimento» do que já fora; «restauração» sem qualquer espécie de «renovação».”

Em efeitos práticos, estas divisões causaram uma desunião no Governo Miguelino; prejudicaram o esforço de guerra miguelista e a opinião pública nacional e internacional. Pois, as tentativas de reformas dos “municipalistas” eram dificultadas pelos

“absolutistas” e a liberdade de acção dos “ultras” que frequentemente agiam sem permissão e até contra a Vontade de D. Miguel. O seu fervor levou muitas vezes a casos de abusos de violência contra os liberaes, suspeitos e estrangeiros. Tais incidentes foram usados pelos malhados, para difamar o Governo Miguelista no Estrangeiro, dificultando ainda mais o reconhecimento da Legitimidade de D. Miguel pelas Potencias Europeias. O Regime Tradicionalista tinha dificuldades em se defender, pois tinha uma pressão, embora justa, dos ultra-realistas que não aceitavam negociações e cedências a paizes que apoiaram ou apoiavam os Liberaes.

Por fim, penso que um bom exemplo prático das diferenças entre estas duas facções foi quando D. Miguel e os seus partidarios tomaram conta do poder e aboliram a maldita Charta Constitucional. Estando o poder assegurado por D. Miguel, faltava saber qual era a melhor forma de tornar D. Miguel, Rei de Portugal. Os “absolutistas” defendiam que não se pudessem perder tempo; se Dom Miguel era o legítimo herdeiro, que tomasse a Coroa e se declarasse Rei. No outro lado, os “tradicionalistas” afirmavam que era preciso convocar as Cortes na maneira tradicional, para decidir quem era o legítimo herdeiro ao Throno e só depois aclamar o Rei. Os “ultras” arguíam que as Cortes não eram convocadas há mais de um século, mas os “tradicionalistas” responderam que as Cortes sempre foram a maneira tradicional, desde a antiga Cortes de Lamego, de resolver este tipo de dilema e que só bastava o Rei convocar-las e por isso não deixavam de ter legitimidade mesmo não sendo convocadas há mais de um século.

Neste caso venceram os “tradicionalistas” e foram convocadas as **Cortes de Lisboa de 1828** onde 294 membros - representantes do Clero, da Nobreza e do Povo - confirmaram a independência do Brazil; Pedro de Alcantara como soberano estrangeiro e, por isso, excluía o traidor Pedro e os seus descendentes da sucessão do Reino; por isso o Throno passaria ao segundo filho mais velho de D. João VI: O infante D. Miguel, que foi aclamado Rei de Portugal e dos Algarves.

Com a derrota na Guerra Civil e exílio de D. Miguel I, em 1834, vemos na Historiographia e na Doutrina Tradicionalista algo curioso: enquanto no período miguelista a facção dominante eram os “absolutistas” foram os “tradicionalistas” e o seu ideal de restaurar a Monarchia Municipal que sobreviveu e vive até hoje. A Doutrina do Integralismo Lusitano era claramente da linha “tradicionalista” e até hoje a maioria dos tradicionalistas são municipalistas. Muitas vezes, os “ultras” são acusados de serem os responsáveis do falhanço da Alvorada Miguelista, sendo lhes atribuída a culpa de terem sido mais tiranos que os próprios liberaes tornando o Povo Portuguez e as Nações Estrangeiras anti-miguelistas. Como é o caso no livro que cito neste artigo *Dom Miguel e a sua Época - A Verdadeira História da Guerra Civil*, de Paul Siebertz.

Em summa, como tentei demonstrar neste pequeno artigo: o Miguelismo nunca foi um grupo coeso, mas sim uma bandeira onde reuniu varias linhas ideológicas. Estas duas que me foquei os “absolutistas” e “tradicionalistas” são na minha opinião as mais interessantes. E mesmo a quase dois séculos de distância, as suas diferenças ainda são sentidas no campo Contra-Revolucionário. Embora, sendo tradicionalista e municipalista, rejeito a ideia que a culpa da Derrota foi na sua maioria dos “absolutistas”. Se não tivermos unidos nos momentos mais cruciais, a Contra-Revolução falhará como falhou o Reinado de D. Miguel. Não nos podemos esquecer o que nos ensinou o Rei dos Reis:

"Todo reino dividido contra si mesmo será arruinado, e toda cidade ou casa dividida contra si mesma não subsistirá." - Mateus 12,25.

Portugal dividido contra si mesmo foi arruinado e o Reinado de Dom Miguel I que prometia libertar a Patria escravizada pelas garras liberaes e tornar novamente Portugal Portuguez. O erro dos "absolutistas" foi de serem extremamente conservadores e incapazes de renovar a sua herança. Lembremo nos o que disse o Apostolo da Contra-Revolução:

"Tradicionalismo não é obscurantismo. É antes continuidade no desenvolvimento, - é, sobretudo, permanência na renovação." -António Sardinha

Sem a inovação, renovação e continuidade no desenvolvimento não podemos ser tradicionalistas. Quem despreza o seu passado não terá futuro, mas quem não quer melhorar o que recebeu também não terá futuro. O Conservadorismo é a doença infantil do Tradicionalismo. Este tipo de estagnação é como um prego ferrugento no pé, temos de o retirar mesmo que doa, se não for feito, será a morte do Ser. Tendo isto em conta, penso que temos de continuar a Douctrina Tradicionalista e Municipalista, mas ter também o virtuoso Fervor dos "ultra-realistas" que pelo Throno e pelo Altar lutaram e morreram. Na epoca de D.Miguel não existia a mesma necessidade de uma Restauração Total de Portugal como nos tempos presentes. Não temos a mesma sorte, ou melhor dicto, temos a Grande Graça de poder reaportuguezar Portugal como nunca o foi feito. Por isso, deixemo-nos de discordias e conflictos internos e unamo-nos sob a Bandeira da Sancta Tradição! Só assim poderemos restaurar o Verdadeiro Portugal sob os principios do Throno e do Altar. Sejamos «tradicionalistas» no desejo de restaurar a liberdade foral e municipal e «ultras» no fervor, Amor e Serviço a Deus e á sua Mãe Maria Santissima.

Viva Portugal! Viva Christo Rei!



Sugestões

Prezados leitores,

A pensar no aprofundamento dos valores que norteiam a nossa Charta de Princípios, a *Nova Alvorada* apresenta sugestões de livros criteriosamente selecionados. Desfrutem destas obras enriquecedoras, e partilhe-as com aqueles que prezam a Tradição.

Livros

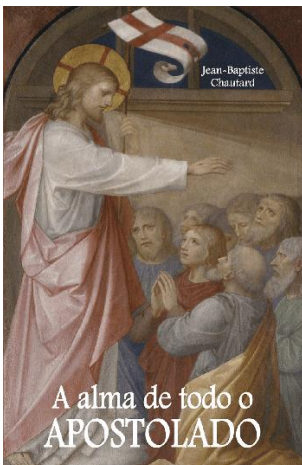


Dom Miguel e a sua Época - A Verdadeira História da Guerra Civil

Entre as obras historicas figura este livro dedicado á epoca de Dom Miguel, que esclarece de uma forma pouco habitual a conjuntura da Guerra Civil e os interesses internacionaes. Dominando a documentação austriaca e germanica, tendo estudado a documentação do Vaticano e muito familiarizado com as linhas secretas do periodo, Paul Siebertz oferece uma obra capital que é indispensavel ler, para conhecer toda a verdade.

Com um estilo seco e com base em documentos seguros, o auctor alemão revela um panorama desconhecido e considera, a nova luz, o tragico fim da Monarchia Tradicional.

A obra é, portanto, uma memoria do tempo, uma lição para a nossa epoca. O texto, revisto pelo auctor, foi fixado pela *Revista Nova Alvorada*, com a convicção de que oferece um documento unico, excepcional e indispensável para a Historia dum seculo tão confuso e intencionalmente desfigurado, terreno fecundo de tudo quanto hoje temos e vemos. Desmentido todas as mentiras e acusações liberaes contra D.Miguel e os Tradicionalistas.



A Alma de Todo o Apostolado

Escreito por D. Jean-Baptiste Chautard, abade cisterciense, no inicio do século XX. Este livro clássico reforça a importância da oração, pois o programa é claro: "Rogai, pois, ao Senhor da seara que envie trabalhadores para a sua seara" (Mt, 9, 28). Assim, todas as obras de charidade da Santa Madre Igreja Catholica advêm de um espirito forte de oração, eis a verdade fundamental que Cristo não cessa de recordar como Christo.

Como Catholicos e Tradicionalistas, procuramos muitas vezes criar e fazer Apostulados, como é o caso desta humilde Revista. Temos então de evitar ao maximo cair nos erros do mundo e esquecer que a função principal de todo o Apostolado é Servir a Deus.

AMIGO D'EL REI



Periódico Monárquico
Mensal Dedicado ao Mvi
Altissimo Sagrado
Coração de Jesu

Escreito por D. Alexandre, Alcaide-mor do Alandroal.



O epitáfio desta Era Negra — esta hedionda e ímpia República — é a sua abominável negação dos valores sacrossantos que se ostentam, com Augusta autoridade, no título desta edição: o Trono e o Altar. Esta república miserável, saída dos esgotos da Maçonaria e baptizada no sangue dos Mártires da Contra-Revolução, não poderia senão abominar aquilo que por séculos elevou Portugal acima das nações: a Realeza ungida por Deus e a Santa Religião Católica. Mas com a vinda da nova Geração de filhos da Nação — robusta, piedosa, resoluta — Geração que cresce não sob a cartilha revolucionária, mas sob a memória dos seus pais martirizados, essa frase tornar-se-á o que merece ser: um epitáfio, um letreiro sobre o túmulo de um regime usurpador.

Já viu esta Nação — outrora gloriosa, hoje alquebrada — nomes grandes e venerandos serem lançados na lama por tribunais revolucionários e escribas ímpios, apenas por se terem batido com fé e honra pelo Trono e pelo Altar. O maior entre eles, São Nuno de Santa Maria, paladino da Pátria e da Fé, combateu em Aljubarrota sob a bandeira de D. João I, Rei de Portugal, contra D. João I, Rei de Castela, e não se fez santo pelos seus feitos de guerra — ainda que tais façanhas bastassem para o elevar aos altares — mas por ter sido varão de Deus, servo do Trono e soldado da Igreja.

E que diremos de Remexido, esse mártir da Contra-Revolução, que empunhou o arcabuz nas serranias do Sul sob a bandeira de Sua Majestade El-Rei D. Miguel I — o legítimo, o católico, o Rei do povo. Este varão, que outrora servira o Altar como sacerdote, empunhou depois as armas para o defender das hordas liberais, ímpias e dissolutas, que queriam ver a Cruz tombada e a Coroa lançada à sarjeta.

E tantos mais: padres, camponeses, fidalgos e soldados, homens de toda a sorte, que preferiram morrerem a ver Portugal profanado. Que

dizer de tudo isto? Fomos uma Nação de católicos combatentes, de monárquicos de espada em punho, de povo fiel aos seus juramentos. Digo “fomos”, porque o lume, esse lume sagrado, hoje arde apenas nos corações esquecidos e nas páginas de um livro já coberto de pó. Mas, mesmo aí — nas prateleiras abandonadas, nas igrejas silenciosas, nas vilas esquecidas — esse fogo ainda fumeja. E um dia arderá de novo!

O Trono deve ser restaurado, e o Altar — tão vergonhosamente profanado e mal recomposto — tem de ser reerguido com mão de ferro e fé de cruzado. Onde houver um altar sólido, haverá verdadeira fé; e onde houver verdadeira fé, nascerá um Rei — um Rei à maneira antiga, piedoso, justo, terrível contra os ímpios.

Durante setecentos anos marcharam juntos o Trono e o Altar, como dois irmãos no combate, como duas colunas sustentando a Pátria. Separaram-se com o fim do felicíssimo Reinado de Sua Majestade El-Rei D. Miguel I — cuja memória viva ainda atormenta os revolucionários — e foram arrasados com a infame Revolução judaico-maçônica de 1910, obra tenebrosa das seitas e dos traidores.

É tarefa hercúlea, sem dúvida, mas tarefa sagrada: restaurar a Ordem do Trono e do Altar, esmagar o ídolo republicano, depurar o culto, aclamar o Rei e purificar a Nação. Este texto não é apenas uma elegia; é uma proclamação. É dedicado a todos os que empunharam o estandarte da Contra-Revolução — mas também àquilo que se há-de levantar: uma Venerável Irmandade do Trono e do Altar, santa milícia dos novos tempos, cuja divisa será esta: “Pelo Rei terreno e pelo Rei divino, com a espada e com o rosário!”

Ergam-se os novos Remexidos! Ressurjam os velhos Condestáveis! Portugal não morreu — dorme apenas, como um leão ferido. E aí daqueles que ousarem pensar que o Trono caiu e que o Altar tombou para sempre. A história não acabou. E nós não desistimos, nem esquecemos.

